

arquivo



administração

PUBLICAÇÃO OFICIAL  
DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS

v. 1, n. 2, jul./dez. 1998



Fas. 72489 Clas. PER  
Arquivo & Administração  
v.1 n.2



## O QUE É A AAB

A Associação dos Arquivistas Brasileiros – AAB, fundada em 1971, com a finalidade de dignificar socialmente a profissão e elevar o nível técnico dos arquivistas brasileiros, é uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, apolítica, cultural, entidade de utilidade pública no Estado do Rio de Janeiro de acordo com o Decreto n. 1.200, de 13 de abril de 1977.

É membro integrante do Conselho Internacional de Arquivos, da Seção de Associações Profissionais e faz-se representar na Conferência Internacional da Mesa-Redonda de Arquivos.

## PRINCIPAIS OBJETIVOS

- cooperar com o Governo e organizações nacionais, estrangeiras e internacionais, públicas e privadas, em tudo que se relacione com arquivos e documentos.;
- promover, por todos os meios, a valorização, o aperfeiçoamento e a difusão do trabalho de arquivo, organizando ciclos de estudos, conferências, cursos, seminários e mesas-redondas;
- estabelecer e manter intercâmbio com associações congêneres;
- prestar consultoria, assistência e serviços técnicos a empresas públicas e privadas.

## SERVIÇOS QUE A AAB OFERECE

- Consultoria
- Assistência Técnica
- Cursos *in company* específicos para atender às necessidades da empresa
- Intermediação para contratação e administração de Recursos Humanos nas áreas de documentação e informação, mediante convênio
- Indicação de estagiários.

## QUADRO ASSOCIATIVO

Podem ser admitidos como sócios da AAB, sem qualquer discriminação, além das pessoas que exercem atividades arquivísticas, as que se interessarem pelos objetivos da Associação.

As empresas públicas e privadas podem se filiar à AAB na qualidade de pessoas jurídicas, como sócios contribuintes. As empresas associadas têm redução especial nos preços relativos aos vários serviços que a entidade oferece.

### ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS

Rua da Candelária, 9, sala 1004 – Centro – Rio de Janeiro, RJ  
CEP 20091-020 Telefax: (021) 233-7142

# arquivo & administração

v. 1, n. 2

jul./dez. 1998

## SUMÁRIO

EDITORIAL .....	3
ORGANIZAR ACERVOS PARTICULARES – TAREFA NADA FÁCIL .. Adriana Xavier Gouveia de Oliveira	5
INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA, ESTRUTURA E REPRESENTAÇÃO COMPUTACIONAL .....	17
Carlos Henrique Marcondes	
SEGURANÇA EM ARQUIVOS .....	33
Maria Celina Soares de Mello e Silva	
A IMAGEM NA ARQUIVOLOGIA E NA HISTÓRIA .....	47
Maria Leonilda R. da Silva	
ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS: REPERTÓRIO BIBLIOGRÁFICO PRELIMINAR .....	57
Mariza Bottino	
GERIR DOCUMENTOS EM PORTUGAL: COMO E PARA QUÊ? .....	81
Helena Medeiros, Maria João Pires de Lima, Maria José Fidalgo, Pedro Penteado e Zélia Gomes.	

Arq. & Adm.

Rio de Janeiro

v. 1

n. 2

p. 1-98

jul./dez. 1998

PER. - 383

Copyright © 1998 by Associação dos Arquivistas Brasileiros

Direitos desta edição reservados à EdUFF - Editora da Universidade Federal Fluminense Rua Miguel de Frias, 9 - anexo - sobreloja - Icaraí - Niterói - RJ - CEP 24220-000 Tel.: (021) 620-8080 ramais 200 e 353 - Telefax: (021) 620-8080 ramal 356

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização expressa da Editora.

Edição de texto : Damião Nascimento

Projeto gráfico e editoração eletrônica: Rosalvo Pereira Rosa

Capa: Felipe Teles da Cunha

Revisão: Damião Nascimento e Rita Godoy

Supervisão gráfica: Kátia M. Pimenta Macedo

Coordenação editorial: Damião Nascimento

Catálogo-na-fonte

**Arquivo & Administração / Associação dos Arquivistas Brasileiros - Ano 1, n. 0 (1972) -**

**Rio de Janeiro : AAB, 1972 -**

**v. ; 23cm.**

**Anual**

**Publicação oficial da Associação dos Arquivistas Brasileiros**

**1. Arquivo - Periódicos. 2. Administração - Periódicos. I. Associação dos Arquivistas Brasileiros**

CDD 025.171

Apoio: Escola de Arquivologia da UNI-RIO

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Reitor: *Luiz Pedro Antunes*

Vice-Reitor: *Fabiano da Costa Carvalho*

Diretora da EdUFF: *Eliana da Silva e Souza*

Comissão Editorial:

*Adonia Antunes Prado*

*Maria Guadalupe C. Piragibe da Fonseca*

*Anamaria da Costa Cruz*

*Roberto Kant de Lima*

*Gilda Helena Rocha Batista*

*Roberto dos Santos Almeida*

*Heraldo Silva da Costa Mattos*

*Vera Lucia dos Reis*

*Ivan Ramalho de Almeida*

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS

Membros da Diretoria e do Conselho Editorial

Biênio 1997 - 1999

Diretoria

Presidente: *Mariza Bottino*

Vice-Presidente: *Laura Regina Xavier*

1ª Secretária: *Tânia Maria de Souza Pimenta*

2ª Secretária: *Eliana Balbina Flora Sales*

1ª Tesoureira: *Maria Celina Soares de Mello e Silva*

2ª Tesoureira: *Sérgio Duayer Hosken*

Conselho Editorial:

*Mariza Bottino (Presidente)*

*Anamaria da Costa Cruz*

*Eliana Rezende Furtado de Mendonça*

*Fernando Antônio Pires Alves*

*Gilda Maria Braga*

*Maria Izabel de Oliveira*

*Maria T. W. Tavares da Costa Fontoura*

*Marilena Leite Paes*

*Rosali Fernandez de Souza*

## EDITORIAL

Com mais este número da Revista *Arquivo & Administração*, a Associação dos Arquivistas Brasileiros - AAB espera estar contribuindo cada vez mais para o fortalecimento da Arquivologia brasileira, uma vez que ela vem desempenhando um importante papel em prol da arquivística, já que é parte integrante de sua história, atuando ativamente em todos os movimentos significativos da área.

A manutenção da edição deste periódico visa à ampliação e divulgação da literatura especializada e integra a política de publicações da AAB.

A todos os colaboradores, nossos agradecimentos.

Saudações arquivísticas,

*Mariza Bottino*

Presidente da AAB

R. 72489

## SEGURANÇA EM ARQUIVOS\*

ARQUIVO  
NACIONAL  
(BRASIL)  
Acervo  
Bibliográfico

Maria Celina Soares de Mello e Silva  
Museu de Astronomia e Ciências Afins/CNPq  
Chefe do Serviço de Arquivo

### Resumo

O artigo apresenta uma análise dos resultados do projeto coordenado pelo Museu de Astronomia e Ciências Afins e pelo Museu Villa-Lobos sobre segurança em arquivos, bibliotecas e museus, onde os dados sobre as instituições arquivísticas são analisados sob o ponto de vista da segurança do prédio, do acervo e da vida das pessoas.

**Palavras-chave :** segurança; arquivo; acervo; instituição arquivística.

Este trabalho é fruto da análise de dados obtida através do Projeto Segurança em Arquivos, Bibliotecas e Museus, coordenado pelo Museu de Astronomia e Ciências Afins e pelo Museu Villa-Lobos.

Este projeto teve início dentro de outro chamado Política de Preservação de Acervos Institucionais, uma parceria entre o MAST e o Museu da República. Neste projeto, foram criados grupos de estudo por temas específicos. O grupo de segurança sentiu necessidade de dar continuidade aos estudos devido à carência de bibliografia sobre este tema no Brasil. A partir daí, elaborou um projeto com o objetivo de traçar as diretrizes básicas para que cada instituição trace seu próprio plano de segurança. Tal projeto consistiu na elaboração de um questionário com o objetivo de verificar a realidade vivida por cada instituição. O Projeto Segurança em Arquivos, Bibliotecas e Museus teve o apoio de David Liston, do Comitê de Segurança do ICOM e responsável pelo treinamento em segurança do Smithsonian Institution, que orientou a coordenação geral em diversos momentos, e de Eric Belzer, da Universidade de Iowa. Também contou com o apoio da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), Conselho Regional de Biblioteconomia – 7ª Região, Conselho Regional de Museologia (COREM), Serviço

\* Realizado com o apoio dos participantes da coordenação geral: Maria Cristina Mendes, Solange Rocha, Ozana Hannesch e Alfredo Tolmasquim.

do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), Associação Brasileira de Museologia (ABM), e Associação Brasileira de Conservadores e Restauradores (ABRACOR).

O questionário foi elaborado com perguntas objetivas e semifechadas, para a marcação de sim e não, com espaço para complementações ou explicações. Foram formuladas com o objetivo de levantar as condições de segurança das instituições como um todo, incluindo a parte externa e os cuidados que se devem ter no interior do prédio. Enviaram-se 695 questionários para todo o Brasil, sendo 111 para instituições arquivísticas, 172 para bibliotecas e 412 para instituições museológicas. Os critérios de escolha privilegiaram as instituições filiadas às associações de classe que gentilmente nos cederam os endereços e divulgaram o projeto nos seus boletins. Em relação aos arquivos, foram enviados questionários a todas as instituições constantes da mala direta da AAB, a saber: seis para a região Norte, 22 para a Nordeste, 51 para a Sudeste, 10 para a Centro-Oeste e 22 para a Sul. No caso das bibliotecas, foram enviados para 136 das citadas no Estado do Rio de Janeiro, e foram solicitados de cada Conselho Regional os endereços de 10 instituições. Foram enviados 10 para cada um dos conselhos regionais, a saber: 4ª Região (Recife); 3ª Região (Ceará e Piauí); 9ª (Curitiba) e 8ª (São Paulo). O retorno foi de 36 questionários. Quanto aos museus, foram enviados questionários para instituições constantes da mala direta do SPHAN, havendo uma seleção de amostragem por estado. O total de questionários preenchidos foi de 270, ou seja, 38,8% do total.

## Segurança

O objetivo deste projeto também era conscientizar as instituições a respeito da importância da questão da segurança, pois, quando se fala sobre este assunto, as pessoas, em geral, fazem associação direta à segurança física do prédio, no que se refere a guardas, vigilância nas entradas e controle de acesso. Mas segurança não é só isso: é um conceito muito mais amplo que envolve uma série de aspectos diferentes que vão desde o controle de acesso ao prédio, até um eficiente controle das coleções. Tudo isso pode ser encarado em termos de segurança.

Um eficiente programa de segurança deve se preocupar com três aspectos: segurança do prédio, do acervo e da vida das pessoas:

Segurança do prédio: diz respeito ao controle de entrada e saída, ao bom funcionamento de fechaduras, trancas e sistemas de alarmes. Mas, para uma eficiente segurança, não basta se preocupar com o risco de roubo; outros fatores devem ser levados

em consideração: o risco de incêndio, sinistros e catástrofes. Deve haver uma preocupação com vistorias constantes da rede elétrica e fiação, observação de possíveis focos de incêndio e cuidado com a utilização de materiais inflamáveis. Além destas medidas básicas, também devem ser pensadas saídas suficientes para os casos de emergência, e devem ser avaliados os riscos de inundações, enchentes, vandalismos, atentados etc.

Segurança do acervo: o acervo deve estar protegido dos mais variados riscos a que possa estar exposto, desde manuseio constante e acondicionamento inadequado, até aqueles causados pela umidade, temperatura, poluição e iluminação. Estes fatores podem ser altamente prejudiciais, se não forem controlados. Para a segurança do acervo, nada mais eficiente que seu controle no que se refere a sistema de registro, identificação, recuperação da informação a qualquer tempo, empréstimos e consultas etc.

Segurança das pessoas: se refere à proteção da vida. A instituição tem a obrigação de proteger a vida das pessoas e prever qualquer risco a que elas possam estar sujeitas.

Obviamente, esses três aspectos estão interligados e o bom funcionamento de um depende, muitas vezes, da eficiência do outro. A preocupação com esses fatores deve ser levada em consideração na elaboração de um projeto de segurança.

## Análise dos resultados

Muitas análises diferentes podem ser realizadas, pois o material é rico e permite várias interpretações. Para efeito deste trabalho, será apresentada análise apenas das instituições que afirmaram possuir somente arquivos, ou tê-los conjuntamente com bibliotecas e museus, o que equivale a um total de 67 instituições (Anexo A). Destas, 36 são instituições arquivísticas, cinco se caracterizaram por possuírem arquivo e biblioteca, 10 por possuírem arquivo e museu, e 16 por possuírem arquivo, biblioteca e museu. No Anexo B, está o percentual das instituições por estado. Os estados que mais responderam ao questionário foram Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais, nesta ordem. O fato de quatro estados aparecerem mais não é surpreendente, pois eles possuem muitos arquivos significativos. Já o do Rio Grande do Sul ter respondido mais questionários do que São Paulo ou Minas pode ser devido a haver uma escola arquivística atuante nesse estado, que provavelmente está formando uma mentalidade sensível à importância das arquivos. O Rio de Janeiro possui dois cursos universitários de Arquivologia e uma grande tradição arquivística.

Foram enviados questionários para os arquivos públicos de todos os estados, exceto para Roraima, porque não fazia parte da mala direta da AAB, e não havia o conhecimento da existência de um arquivo público naquele estado. Apenas 11 responderam ao

questionário. Os estados que não se fizeram representar foram: Acre, Amapá, Amazonas, Paraíba, Espírito Santo, Mato Grosso e Tocantins.

Antes de iniciar a análise, devemos saber que os desastres que ocorrem numa instituição podem ser classificados de duas formas: naturais ou causados pelo homem. Como exemplo de naturais, temos as enchentes, terremotos, tufões etc.; já o homem é o responsável por explosões, vazamentos, ações terroristas, guerras, conflito armado etc.

Como qualquer destes desastres pode ser irreversível para a recuperação do acervo, a instituição deve trabalhar com sua previsão. A ação preventiva sempre é mais importante do que a paliativa. Para o planejamento das medidas preventivas, devemos avaliar os riscos a que a instituição está sujeita. Segundo o Conselho Internacional de Arquivos, são eles

a) Riscos oriundos do exterior do prédio – aqueles que não estão sob o controle da instituição, como desastres naturais (terremotos, inundações e enchentes, poluição etc.), impacto de automóveis, rota de aviões, bombardeios etc.;

b) Riscos oriundos de problemas estruturais do prédio e de seus serviços – envolvem problemas como mau funcionamento de sistemas de água, ar condicionado, laboratórios, cozinhas etc., do sistema de esgoto e instalações elétricas. Referem-se ainda a riscos de incêndio causados por instalações de gás, componentes inflamáveis etc. A falta de controle das partes do prédio e de sua ocupação é sempre um risco em potencial;

c) Riscos oriundos de materiais instáveis do acervo – o filme de nitrato é muito encontrado nos arquivos e é um material instável que pode entrar em combustão espontaneamente. Deve ser identificado e tratado.

d) Riscos causados por pessoas ou grupos visando à instituição – incluem-se aqui incêndios criminosos ou ameaças à instituição por estar em área de guerra ou conflitos; assim como atentados políticos com a intenção de destruir uma identidade cultural.

O conhecimento dos riscos permite à instituição a decisão das medidas mais eficientes e necessárias a fim de protegê-la de acidentes. Vejamos como estão as instituições quanto à segurança do prédio, do acervo e da vida.

## Segurança do prédio

De início, podemos verificar que a grande maioria das instituições (79%) que afirmaram possuir arquivos está ocupando prédios que não foram construídos para tal função. Isto significa que adaptações se tornam necessárias para a realização das ativi-

dades. Porém, somente em metade dos casos esta adaptação foi realizada através de um estudo ou projeto prévio, demonstrando a fragilidade com que a questão é encarada.

De todos os itens relativos à segurança do prédio, aquele em que as instituições se mostraram mais desprotegidas foi o relativo ao fogo. Apesar de a grande maioria ter afirmado possuir extintores, 10% afirmaram não possuí-los. O ideal seria que todas as instituições o possuíssem. Mas o extintor não é a única proteção, ou melhor, ele é uma das soluções quando já há fogo. O cuidado, no entanto deve ser tomado de forma preventiva, tentando evitar que o fogo se inicie. Esta prevenção é que não se mostrou muito consistente. O risco de incêndio existe, se levamos em conta que as revisões periódicas das instalações de rede elétrica foram um item apontado por apenas 56,5% das instituições, o que é um dado positivo, mas o ideal seria 100%. Os outros itens de proteção contra incêndio foram pouco mencionados.

Em geral, a segurança de uma instituição deve ser realizada por perímetros, ou compartimentalizada, dividindo os espaços por partes, tanto na área externa quanto nas áreas internas, incluindo locais abertos ao público e de guarda de acervo. Isto facilita o controle de qualquer plano de segurança institucional.

Apenas uma instituição afirmou possuir áreas de resgate, o que é muito pouco. Na verdade, é mais comum encontrar este tipo de preocupação nos museus que, em geral, recebem mais pessoas que um arquivo.

Em geral, existe uma boa noção da necessidade de controle de chaves como fator fundamental para a proteção do prédio, pois a grande maioria respondeu que faz este controle, muito embora nove instituições tenham afirmado o contrário. Isto é preocupante, já que este é um dos pontos básicos no que se refere à segurança do prédio, à circulação de pessoas e ao acesso às instalações da instituição.

Poucas foram as instituições que afirmaram possuir um chefe de segurança, o que significa que este profissional ainda é uma figura muito longe de nossa realidade. Também pode demonstrar o desconhecimento da necessidade e a importância deste profissional para a segurança da instituição. É ele o responsável pelo planejamento de todo o sistema e controle das medidas de segurança. Deve conhecer bem as funções das instituições, todos os usos que se fazem do prédio para planejar sua ação. Ele deve saber como agir num princípio de incêndio e emergências em geral, preparando planos para tais eventualidades.

Quanto à segurança física, como portas, janelas e trancas, as instituições se mostram bem guardadas, pois 59,7% dos questionários afirmaram haver pelo menos um item de reforço nas portas e janelas. O que preocupa são os 29,8% que afirmaram não

haver proteção extra ou que não responderam à questão. Seria de se esperar que a falta de proteção extra pudesse ocorrer em cidades do interior, onde o relacionamento entre as pessoas é menos sujeito a desconfianças do que nas cidades grandes. Mas a localização dessas instituições não comprova necessariamente esta teoria, pois algumas das que não possuem tal proteção encontram-se em capitais de estado.

Quanto à utilização de alarmes, apenas 10 instituições (14,9%) empregam este dispositivo de proteção. Destas, apenas duas estão localizadas em interior de estado, as outras oito encontram-se em capitais, e a maioria entre Rio e São Paulo. Talvez seja significativo o fato de tal equipamento ser mais utilizado nos grandes centros, mas também devemos levar em consideração a importância do acervo. Nos museus, a utilização de alarmes é mais comum do que nos arquivos ou bibliotecas, o que podemos concluir dos questionários, pois apenas três das 10 instituições possuem somente arquivo, as demais também contam com acervo museológico ou biblioteconômico.

### Segurança do acervo

Nada melhor do que um controle rigoroso das coleções para a proteção do acervo. Este controle se faz através do tratamento dado ao acervo, ou seja, identificação, organização e instrumentos de busca eficientes. Mas o cuidado não pára por aí. É preciso protegê-lo do mau manuseio ou manuseio constante, de condições adversas à sua preservação. Além disso, o acervo também deve ser protegido de danos que possam ser causados pelo meio ambiente onde se encontra, tais como a umidade relativa do ar, temperatura, luz, poluição por sujeira, poeira e terra, insetos, roedores e microorganismos.

O acervo também deve estar protegido dos atos de vandalismo, danos causados pelo homem, seja por curiosidade, seja por maldade ou qualquer outro motivo, porém, sempre intencionalmente, como, por exemplo, os que resultam de protesto político ou devoção religiosa. Para evitar danos ou prejuízos, o usuário deve ser avisado pela instituição do que é e do que não é permitido fazer. Uma outra solução seria a instituição elaborar um programa destinado a educar o usuário quanto aos riscos a que o acervo está exposto. É preciso ter em mente que o ato de vandalismo é imprevisível para a instituição. Desordem, falta de limpeza e iluminação por exemplo, um convite e incentivo à ação de vândalos.

Com relação ao controle do acervo, os três itens mais citados foram inventário, fichas e listagens, com mais de 50%. Os outros itens não chegaram a 50%. Isto evidencia a consciência de que é preciso ter o acervo conhecido. Porém, muitas instituições

afirmaram não possuir o controle rigoroso de suas coleções. Não havendo controle, a segurança torna-se deficiente, porque fica difícil a verificação de perdas, danos, estado de conservação e, no caso dos arquivos, até mesmo de adulteração de informação.

Um fator preocupante é o que diz respeito à frequência com que o acervo é visto-riado: apenas 34,8% afirmaram fazê-lo anualmente. As outras opções tiveram um baixo índice de citação o que significa que a vistoria não é um trabalho de rotina, realizado de forma sistemática. Isto pode favorecer a demora em se detectar perdas ou danos no acervo.

A grande maioria afirmou que existe controle de entrada e saída de visitantes para as áreas de exposição e de acesso restrito. O acesso de pesquisadores, no entanto, é o mais controlado (82%). Isto demonstra que as instituições estão conscientes da importância do controle de acesso e circulação e o colocam em prática.

Em relação ao controle rigoroso de entrada e saída das dependências da instituição, a grande maioria afirmou realizá-lo no depósito de arquivo (71%), talvez por ser a parte da instituição que mais receba atenção e cuidado. Como os arquivos não costumam colocar em exposição seu acervo, ao contrário do que fazem os museus e bibliotecas, evidentemente a área de guarda de acervo deve receber atenção e controle especiais. Mas não podemos nos esquecer de controlar todos os espaços por onde os documentos circulam, principalmente, os locais de consulta.

Quanto à avaliação periódica das condições de segurança das coleções, 49,3% das instituições responderam que a fazem, 49,3% responderam que não a fazem e apenas uma instituição não respondeu à pergunta, ou seja, a preocupação com a segurança das coleções ainda precisa de maior consciência, pois uma avaliação muitas vezes não implica maiores recursos, mas apenas o conhecimento da necessidade de vistoria. Uma medida simples como esta pode ser fundamental para a segurança do acervo, porque permite a constatação de qualquer irregularidade que possa estar havendo no mesmo, seja com relação à perdas e ao estado de conservação, seja em relação às condições de armazenamento ou acondicionamento.

O mais grave é que 89,9% das instituições afirmaram não possuir um plano para salvar o acervo em casos de emergência. A importância deste plano pode determinar a sobrevivência de um acervo. Por exemplo, no caso de um incêndio ou inundação, a instituição deve saber com bastante clareza qual acervo é considerado de suma importância para poder salvá-lo em primeiro lugar, se não for possível salvar tudo. As prioridades devem ser estabelecidas para qualquer tipo de eventualidade. Este plano também pode determinar uma estratégia de localização de guarda dos acervos dentro do depósito, indicando os locais mais seguros.

## Segurança das pessoas

Toda a instituição que se apresenta aberta ao público deve estar preparada para receber pessoas, tomando cuidados para que suas vidas não corram nenhum tipo de risco, pois a instituição deve-se responsabilizar por ferimentos e acidentes que possam ali ocorrer. Estes riscos podem ser de toda ordem, desde caminhos não-demarcados, como escadas sem proteção, sem corrimão, pequenos degraus que possam passar despercebidos, carpetes soltos, rampas íngremes, pisos em mau estado de conservação e escorregadios, até o excesso de pessoas por metro quadrado, formando uma superpoluição de áreas (mais comum nos museus do que nos arquivos). Deve haver previsão de saídas de emergência em locais estratégicos, para que num caso de emergência, possa haver desocupação do prédio sem que isto cause transtornos, invasão ou coloque em risco as pessoas e o acervo. Deve ser elaborado um plano de emergência que consista num conjunto de normas a serem aplicadas em caso de crise, com flexibilidade de ação, já que não é possível a previsão de todos os incidentes que possam ocorrer. Este plano deve incluir desde as responsabilidades, a abrangência, passando pelo conhecimento das plantas baixas de localização dos bens, das redes de luz, água e gás, até a descrição das ações a serem tomadas no caso de desocupação do prédio.

A instituição deve elaborar programas de segurança e de saúde para atuação em situações de emergência que prevejam soluções imediatas. Deve contar com uma caixa de primeiros socorros com material básico e treinar um funcionário para utilizá-lo em atendimentos de emergência, assim como deve providenciar um local onde uma pessoa que passe mal possa descansar. É importante que faça contatos com hospitais, para obter orientação quanto aos procedimentos necessários em casos emergenciais. Esta questão, porém, se mostrou ainda frágil nas instituições levantadas, pois poucas delas afirmaram possuir linha direta com hospitais, e 30% mantêm a política de "boa vizinhança" com estes.

Pode-se deduzir dos questionários que ainda não há previsão de implantação de saídas de emergência, pois apenas 33,3% afirmaram possuí-las em locais estratégicos, e destas, apenas cinco sinalizam tais saídas.

Somente 13% das instituições possuem um plano de desocupação para casos de emergência. A importância deste plano está na prevenção, pois, num caso de emergência, o pânico pode se instalar, tornando catastrófica a desocupação do prédio. Com um planejamento bem feito, a desocupação pode ser realizada de forma sistemática e eficiente, poupando vidas.

Apenas 24,6% das instituições fazem treinamentos, e poucas possuem funcionários treinados em primeiros socorros, demonstrando a falta de consciência da importância de uma medida relativamente simples como esta.

Um grata surpresa foi o fato de 66,7% das instituições afirmarem que o prédio possui saídas suficientes em caso de emergência, considerando a quantidade de instituições arquivísticas que ocupam prédios históricos ou que não foram construídos para funcionar como arquivo.

## Conclusão

O resultado da análise dos questionários trouxe algumas surpresas, mas também revelou preocupação quanto à fragilidade das instituições culturais no que se refere à segurança.

A análise dos dados demonstrou não só carência de recursos financeiros e humanos, como também de informações. Após uma análise geral, percebemos que muitos dos pontos considerados básicos deixam de ser postos em prática não por escassez de recursos, mas por falta de informação sobre a importância de determinadas atitudes e falta de consciência dos reais problemas que se apresentam.

A primeira pergunta do questionário é fundamental para a compreensão de como as instituições arquivísticas estão lidando com a questão da segurança. Dentre elas, 76% afirmaram não possuir, por escrito, uma política de proteção ao patrimônio e à vida das pessoas. Das poucas que se pronunciaram afirmativamente, apenas algumas dispõem de normas ou ordens internas quanto à proteção do patrimônio. Porém, nenhuma afirmou possuí-las com relação à vida das pessoas.

A importância da segurança do prédio é aquela sobre a qual as pessoas têm mais consciência e informação. Afinal, fechar bem portas e janelas, providenciar trancas etc. são atos que fazem parte da nossa rotina, pois temos de proteger nossas casas, convivemos com esta necessidade diariamente. Quanto à proteção do acervo, a prática tem mostrado que as conseqüências da falta de controle prejudicam em muito o tratamento adequado a este material. A proteção da vida das pessoas ainda é um item frágil no que diz respeito a políticas, normas e regras. Parte muito mais do bom senso do que de um planejamento sistemático. Todos têm esta preocupação, mas, em geral, não lhe é dada prioridade ou importância suficiente para ser especificada por escrito.

Portanto, concluímos que é a prática, o dia-a-dia e as experiências individuais de cada instituição que vão ditar os comportamentos e as rotinas de segurança. Não havendo normas nem políticas, a segurança se torna frágil, pois não é fruto de ações

planejadas e trabalhadas. Infelizmente, a segurança ainda não tem sido trabalhada como deveria e somente agora pode-se perceber que está aumentando a idéia de que ela deve ser considerada a fim de que os objetivos institucionais sejam cumpridos.

### Abstract

This essay presents an analysis of the results of the project – coordinated by the Museum of Astronomy and Related Sciences and the Museum Villa-Lobos – on security in archives, libraries and museums, in which the datas of the archivist institutions are analysed under the point of view of the building itself, the holdings and the life of people.

**Keywords:** security; archives; holdings; archivist institutions.

### Referências bibliográficas

BURKE, Robert B. Manual de segurança básica de museus. Rio de Janeiro : Fundação Escola Nacional de Seguros / Fundação Pró-Memória, 1988. 180 p.

INTERNATIONAL COUNCIL OF ARCHIVES. Guidelines on disaster prevention and control in archives. Paris : ICA, 1997. 44 p.

POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO DE ACERVOS INSTITUCIONAIS. Coordenação Museu de Astronomia e Ciências Afins e Museu da República. Rio de Janeiro : MAST, 1995. 33 p.

### Anexo A

#### RELAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES QUE POSSUEM ARQUIVO

6ª Coordenação Regional do IPHAN – Rio de Janeiro – RJ  
Academia Nacional de Medicina – Rio de Janeiro – RJ  
Arquivo Geral do Estado de Rondônia – Porto Velho – RO  
Arquivo Histórico de Campo Grande – ARCA – Campo Grande – MS  
Arquivo Histórico do Exército – Rio de Janeiro – RJ  
Arquivo Histórico do Itamarati – Rio de Janeiro – RJ  
Arquivo Histórico do Município de Cachoeira do Sul – RS  
Arquivo Histórico Estadual – Goiânia – GO  
Arquivo Histórico Municipal Capitão Hipólito Antônio Pinheiro – Franca – SP  
Arquivo Histórico Municipal de Alegrete – RS  
Arquivo Histórico Municipal de Caxias do Sul – RS  
Arquivo Histórico Municipal de Salvador – BA  
Arquivo Histórico Municipal/Fundação Cultural Félix Bonissoni – Ipumirim – SC  
Arquivo Nacional – Rio de Janeiro – RJ  
Arquivo Público da Cidade de Aracaju – SE  
Arquivo Público de São José do Norte – RS  
Arquivo Público de Uberaba – MG  
Arquivo Público do Distrito Federal – DF  
Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – Florianópolis – SC  
Arquivo Público do Estado do Ceará – Fortaleza – CE  
Arquivo Público do Estado do Maranhão – São Luís – MA  
Arquivo Público do Estado do Pará – Belém – PA  
Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Norte – Natal – RN  
Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – RS  
Arquivo Público e Histórico Municipal Bento Gonçalves – RS  
Arquivo Público e Histórico Municipal de Rio Claro “Oscar de Arruda Penteadó” – SP  
Arquivo Público Mineiro – Belo Horizonte – MG  
Arquivo Público Municipal de Olinda Antônio Guimarães – Olinda – PE  
Arquivo Público Municipal de Uberlândia – MG